



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A HISTORICAL REVIEW OF BRAZILIAN EDUCATION FROM THE JESUIT PERIOD TO CONTEMPORARY BRAZIL

UN RENACIMIENTO HISTÓRICO DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA DESDE EL PERÍODO JESUITA HASTA EL BRASIL CONTEMPORÂNEO

Daniel Mendonça da Paixão¹

e493981

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i9.3981>

PUBLICADO: 09/2023

RESUMO

Embora polêmica e sem confirmação, essa fase da Educação foi desenvolvida entre os grupos primitivos, tal fato se dava de forma simplória e espontânea, sendo desenvolvido por meio de imitação e sucessivas repetições. Inicialmente, as práticas do aprender estavam relacionadas às atividades de sobrevivência tais como: o ato de pesca, caça, desenvolvimento da agricultura e domesticação de animais etc. Também neste período, o aprendizado e os ensinamentos estavam baseados em diferentes observações relacionadas aos aspectos meteorológicos, alguns rituais sagrados e a preparação para a guerra, que com o passar dos séculos tornaram-se parte da educação dos jovens como uma disciplina, voltados para a defesa da comunidade local. É importante ressaltar que, nesse período, não se pode falar em escola dentro de um processo formal, já que não existia a escola institucionalizada. A História da Educação no Brasil, seus altos e baixos, recuos e avanços é o objetivo geral deste artigo, que apresenta o trabalho dos jesuítas até chegar aos dias da LDB de 1996, que trouxe avanços, os quais estão sendo alterados pelo atual governo do Brasil. E de maneira mais específica, ainda objetiva a formação crítica do indivíduo.

PALAVRAS CHAVES: Educação. Processo Histórico. Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

Although controversial and practically without confirmation, this phase of Education was developed among primitive groups, this fact occurred in a simple and spontaneous way, being the same developed through imitation and successive repetitions. Initially, learning practices were related to survival activities such as fishing, hunting, agricultural development and animal domestication, etc. Also in this period, learning and teaching were based on different observations related to meteorological aspects, some sacred rituals and preparation for war, which over the centuries became part of the education of young people as a discipline aimed at defense of the local community. It is also important here to point out that, in this period, one cannot speak of school within a formal process since there was no institutionalized school. The History of Education in Brazil, its ups and downs, retreats and advances is the general objective of this article, in which it presents the work of the Jesuits until reaching the days of the LDB of 1996 that brought advances, which are being changed by the current government of Brazil. And more specifically, it aims at the critical formation of the individual.

KEYWORDS: Education. Historical Process. Teaching-Learning.

RESUMEN

Aunque controvertida y prácticamente sin confirmación, esta fase de la Educación se desarrolló entre grupos primitivos, este hecho se dio de manera sencilla y espontánea, siendo la misma desarrollada a través de la imitación y sucesivas repeticiones. Inicialmente, las prácticas de aprendizaje estaban relacionadas con actividades de supervivencia como la pesca, la caza, el desarrollo agrícola y la domesticación de animales, etc. También en este período, el aprendizaje y la enseñanza se basaban en diferentes observaciones relacionadas con aspectos meteorológicos, algunos rituales sagrados y la preparación para la guerra, que a lo largo de los siglos pasaron a formar parte de la educación de los jóvenes como disciplina encaminada a la defensa de la comunidad local. También es importante señalar aquí que, en este período, no se puede hablar de escuela dentro de un proceso formal ya que no había

¹ UFC - Universidade Federal do Ceará.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

una escuela institucionalizada. La Historia de la Educación en Brasil, sus altibajos, retrocesos y avances es el objetivo general de este artículo, en el que presenta la obra de los jesuitas hasta llegar a los días de la LDB de 1996 que trajo avances, que están siendo cambiados por el actual gobierno de Brasil. Y más específicamente, apunta a la formación crítica del individuo.

PALABRAS CLAVE: Educación. Proceso Histórico. Enseñanza-Aprendizaje.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata do processo evolutivo da História da Educação como seguimento do processo cultural, inserido como parte da História Geral da Educação do Brasil. Neste contexto, o presente artigo busca compreender a história da educação, situando-a dentro de um breve *review* histórico.

Sabe-se que a Educação é um processo que envolve o aprender o pensar, o transmitir e o socializar. As reflexões que nos apontam a importância da educação, afirmam que só podemos evoluir culturalmente por meio de práticas educativas, sendo isso um processo contínuo e duradouro por toda a vida do indivíduo, portando, concluímos ser a educação um processo dinâmico que se funda na dialética entre teoria e prática.

A educação tem sentido porque o mundo não é, necessariamente, isto ou aquilo e os seres humanos são tão projetos quanto podem ter projetos para o mundo.

Paulo Freire afirma que as pessoas não educam ninguém nem se auto educam. Que a educação é um processo de comunhão, mediatizado pelo mundo, pelos objetos cognoscíveis (Freire, 1987, p. 39.). Para Freire, a educação é libertário e se torna assim quando o educando sai da passividade, tornando-se agente ativo de a aprendizagem dele.

O processo evolutivo da História da Educação é um seguimento do processo cultural, que por sua vez faz parte da história geral. Em cada espaço temporal histórico, a educação contemplou determinados objetivos, que correspondiam a visões de homem e de mundo. Para compreender a história da educação, é essencial situá-la dentro de uma breve cronologia histórica.

1. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO POMBALINO

1.1. Período Jesuítico - 1549 a 1759

Os jesuítas (1549 a 1759) não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia, trouxeram também os métodos pedagógicos utilizados por eles na época. Eles se dedicaram a pregação da fé católica e ao trabalho educativo. As escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o *Ratio atque Instituto Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum*.

No transcurso do período colonial, religiosos de várias linhagens e diversas ordens religiosas assentaram-se no Brasil, como por exemplo, os beneditinos, franciscanos e jesuítas. Mas foram os estes que predominaram em território brasileiro, devido a característica missionária deles.

Quando os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil, aqui, os povos indígenas já dominavam com as línguas, costumes, culturas, crenças e com a organização deles. Para que os



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

colonizadores pudessem usufruir o que a terra tinha para oferecer, os jesuítas tiveram que persuadir a população indígena a se converter ao cristianismo e transformá-la socialmente, a fim de mudar a cultura indígena e organizar uma “nova sociedade”. Percebe-se o primeiro ato de exclusão da história, pois foi negada a tradição cultural do nativo.

A chegada dos africanos, escravizados pelos portugueses, a partir do final do século XVI, trouxe outra visão para a prática do ensino. O Ensinar estava orientado aos indígenas nativos, aos africanos e aos filhos dos colonizadores europeus. Aos indígenas e africanos além da alfabetização, da pregação e do trabalho tinham o ensino de artes e ofícios.

Aos filhos dos colonizadores brancos era aplicada a educação do ensino da gramática latina. Já as meninas índias eram educadas no interior das aldeias onde lhes eram ensinadas também o ofício entre eles o de fiandeira. As meninas índias órfãs iam para um recolhimento, local criado pelo padre Manuel de Nóbrega.

A permanência dos jesuítas no Brasil durou de 1549 a 1759. Com a da chegada da família real, em 1808, a educação tomou outro destino. Fora necessário criar um novo amparo para a estrutura da administração da Corte Portuguesa. A educação, no entanto, continuou a ter uma importância secundária. Basta ver que enquanto nas colônias espanholas já existiam muitas universidades, a primeira Universidade brasileira só surgiu em 1934, em São Paulo.

1.2. Período Pombalino – 1760 A 1808

O Marquês de Pombal propagou transformações formais no ensino de português que incidiu nas colônias. A Reforma Pombalina de Educação substituiu o sistema jesuítico e o ensino é liderado pelos vice-reis, nomeados por Portugal. É instituído o "subsídio literário", imposto destinado à manutenção dos ensinamentos primário e médio.

Foram implantadas as aulas régias, estudos avulsos ministrados por um professor, autorizado pelo rei, para lecionar em salas alugadas ou nos antigos prédios das escolas Companhia de Jesus. Pouca coisa restou de prática educativa no Brasil.

Para fugir das coações impostas pela guerra francesa motivada por razões políticas, a corte mudou-se para o Brasil trazendo consigo a capital do império. Houve mudanças como aberturas de portos brasileiros ao comércio internacional; fundação da imprensa real; criação de espaços culturais e de aulas para cursos superiores e também nomeação de professores para diversas cadeiras e ensinar as primeiras letras.

2. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO IMPERIAL – PERÍODO JOANINO 1808 AO PERÍODO IMPERIAL 1888

2.1. Período Joanino – 1808 a 1821

Neste período, a educação que predominou no Brasil, durante o governo de D. João, tinha o objetivo de formar aristocratas, no âmbito profissional, da corte, em desprezo às classes inferiores. Neste período projetos para a implantação da educação pública foram debatidos, entretanto, D. João optou por implantar o sistema recíproco, em que consumia menos recurso e era mais eficiente. De

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

acordo com alguns registros, negros e escravos eram educados através deste método. Através desse método ensinava-se oralmente a um maior número de alunos, através da repetição e memorização.

Em 24 de abril de 1821, D. João volta para Portugal, objetivando a recuperação do trono dele e deixa em seu lugar o herdeiro D. Pedro que deu continuidade ao processo de emancipação política brasileira.

2.2. Período Imperial – 1822 a 1888

Em 7 de setembro de 1822 foi proclamada a Independência do Brasil, decretada por D. Pedro I, dando-se início ao período imperial, marcado por uma crise econômica aliada à indiferença do Imperador, neste período houve poucas melhorias na educação, inviabilizando, a cada ano que passava, um ensino de qualidade nas terras do Brasil.

A Constituição de 1824, em seu artigo 179, item 32, instituiu a gratuidade da instrução primária, garantindo-a a todos os cidadãos brasileiros. Entretanto, essa educação era aplicada somente aos cidadãos brasileiros livres. Aos escravos não se admitiam esta educação, a menos que, os senhores deles pagassem para que recebessem a instrução.

Em 1834, através de um ato adicional o Imperador descentraliza a administração política e transfere para as províncias o direito de administrar a instrução pública. No entanto, apesar da obrigatoriedade da instrução pública, não houve sucesso, pois os interesses que moldavam a estrutura instrucional não estavam adequados para atender a população à espera do atendimento.

A elite não via nos compatriotas dela qualificação para serem incluídos na sociedade, pois, a estes, perseguia a pobreza, a necessidade do trabalho infantil, o despreparo dos professores, a escassez de material e de espaço físico adequados.

Durante o reinado de D. Pedro II foram implantadas as primeiras escolas normais brasileiras, objetivando a formação de professores, a primeira delas em 1835 (Niterói), 1836 (Bahia), e em 1845 (Ceará).

Nas décadas que se seguiram houve expansão dos currículos e foi implantado o ensino seriado. Após a década de 1850 houve um aumento da frequência das mulheres nas escolas normais e no final do século XIX a presença de mulheres era predominante.

No período compreendido entre 1868 e 1876 foi inserido o método intuitivo e as “lições de coisas”, em que o aluno entra em contato com objetos, animais e fenômenos a serem estudados, no entanto este método só passou a ser disseminado a partir de 1970.

O ensino secundário, que era destinado aos filhos da elite, por se tratar de uma preparação para o ensino superior ou para ocuparem cargos político-administrativos, a exemplo dessas instituições, contava com o Colégio D. Pedro II, criado em 1837, com o objetivo de atender à demanda elitista.

Em 1879 foi implantada uma reforma na educação brasileira, conhecida por reforma Leôncio de Carvalho. Trata-se de um longo texto composto de 174 itens agrupados em 29 artigos, tendo em vista o ensino primário, secundário e superior no município da Corte.

O ensino superior, até 1879, era só frequentado por homens. O ensino esteve muito ligado aos estudos estrangeiros, os professores em sua maioria, ocupavam outros cargos e não se dedicavam



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

exclusivamente ao ensino superior, o que prejudicava o desenvolvimento do curso. Nesse período foram criadas duas faculdades de direito, duas de medicina, duas de farmácia, e duas de engenharia, havia também academias militares e aulas avulsas de ensino superior, conforme escreveu Cynthia Greive (2007).

Os cursos superiores de medicina, da época, ocupavam-se em produzir teses higienistas, que ligavam os maus hábitos da população às doenças que eram recorrentes na época, devido à insalubridade e falta de saneamento. As faculdades de Belas-Artes já existiam desde os tempos do Brasil colônia, mas sofreram mudanças sobre a influência do Neoclassicismo Francês, desempenhando importante papel na arquitetura.

Com o término do período do governo imperial exercido por D. Pedro I e D. Pedro II ficou claro que não tiveram a educação como prioridade, a educação primária, a secundária e também o ensino superior receberam poucos investimentos e não obtiveram mudanças significativas.

No Brasil escravista, a criança escrava entre 6 e 12 anos já começava a fazer pequenas atividades como auxiliar. A partir dos 12 anos era vista como adulto tanto para o trabalho quanto para a vida sexual. A criança branca, aos 6 anos, era iniciada nos primeiros estudos de língua, gramática, matemática e boas maneiras e vestia os mesmos trajes dos adultos.

As primeiras iniciativas voltadas para a criança tiveram um caráter higienista. O trabalho era realizado por médicos e damas beneficentes, e se voltava contra o alto índice de mortalidade infantil, que era atribuída aos nascimentos ilegítimos da união entre escravas e senhores e a falta de educação física, moral e intelectual das mães.

3. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO REPUBLICANO Á BNCC

3.1. Período Republicano – 1889 A 1929

Com a abolição dos escravos, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, adotou-se o modelo político estadunidense, baseado no sistema presidencialista. Na organização escolar percebe-se influência da filosofia positivista, consolidando-se a escolarização no Brasil, a fim de dar uma homogeneidade cultural à nação.

Em 1890 houve uma nova reforma, a Reforma de Benjamin Constant. Essa Reforma tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino (esse princípio requer uma educação afastada do clero e da igreja), como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição Federal.

Uma das intenções desta Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica.

Esta Reforma foi muito criticada pelos positivistas porque rompe com o modelo educacional do Brasil, não respeitando os princípios pedagógicos de Comte; e pelos que defendiam a predominância literária, pois o que ocorreu foi, unicamente, acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

Quanto ao plano curricular do ensino secundário, a reforma Benjamin Constant, sem suprimir a parte tradicional do currículo - o estudo do Latim e do Grego, propôs que a sua parte principal fosse constituída pelo estudo das ciências fundamentais, em um curso de sete anos, na ordem lógica da classificação estabelecida por Augusto Comte, um dos mentores da filosofia positivista.

Assim, a organização curricular do ensino secundário adquiria a seguinte estruturação: 1º ano – aritmética (estudo completo) e álgebra elementar (estudo completo); 2º ano – geometria preliminar, trigonometria retilínea e geometria espacial; 3º ano – geometria geral e seu complemento algébrico, cálculo diferencial e integral (limitado ao conhecimento das teorias rigorosamente indispensáveis ao estudo da mecânica geral propriamente dita); 4º ano – mecânica geral; 5º ano – física geral e química geral; 6º ano – biologia; 7º ano – sociologia e moral, e noções de direito pátrio e de economia política.

O plano de estudos proposto pela reforma Benjamin Constant não foi levado a sério, pois deixava de lado o interesse desperto nos alunos, porque contrariava a concepção preparatória do ensino secundário, além de expor um caráter impraticável.

A reforma curricular proposta pelo Ministro do Interior (Justiça e Educação) do governo Campos Sales (1898-1902), Epitácio Pessoa, que mais tarde viria a ser Presidente da República (1918-1922), assinalava nova fase na evolução do ensino secundário brasileiro, em seguimento ao período iniciado pela reforma Benjamin Constant.

Comparada com esta última, ela não é apenas uma nova reforma, representa mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário de todo o país.

Essa mudança se efetiva em dois pontos principais: a consolidação da equiparação, ao Colégio Pedro I, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional. Bem como em relação ao currículo e a outros aspectos da organização didática do ensino secundário. A reforma Epitácio Pessoa procurou pôr fim ao ciclo iniciado, logo após 1889, pela primeira reforma republicana do ensino secundário.

Essa proposta fracassou porque, na tentativa de dar ao ensino secundário um sentido próprio, ele continuava funcionando como um curso preparatório ao ensino superior.

A cinco de abril de 1911, o Marechal Hermes da Fonseca, então Presidente da República, promulgou o Decreto 8.659, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, elaborado pelo seu ministro do Interior, Rivadávia da Cunha Corrêa, com objetivo de conter a invasão de candidatos desabilitados para o Ensino Superior. Essa lei ficou alcunhada como a reforma da desoficialização do ensino brasileiro. Medida essa que já fora anteriormente adotada (Reforma de Leôncio de Carvalho em 1879).

A proposta argumentava que era preciso dar aos particulares, de forma ampla, o direito de ensinar. Observa-se que esse direito nunca lhes fora tirado, pois durante o transcurso do Império (1822-1889), o ensino secundário esteve, em quase sua totalidade, em mãos dos particulares, leigos ou religiosos.

Os principais destaques dessa reforma são: o ensino passa a ser de frequência não obrigatória, abolição dos diplomas e criação de exames adicionais às Faculdades (espécie de vestibular),

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

realizados nas próprias instituições de ingresso dos candidatos. Tais medidas acarretaram a proliferação de cursos sem qualidade, tendo preocupação única formar bacharéis e doutores.

Como consequência, os resultados da reforma iniciada em 1911 foram desastrosos. Tão desastrosos que ela acabou revogada parcialmente em 1915, pelo ministro do Interior Carlos Maximiliano.

Com a regulamentação de 8 de novembro de 1890, no Distrito Federal, das escolas normais, o professor se torna o regenerador da escola pública primária, as matérias foram organizadas em dois cursos: um de artes e outro de ciências e letras, distribuídos em cinco séries segundo Cynthia Greive (2007), quando concluída os cinco anos de curso, o professor recebia a habilitação para ser professor primário.

O Museu Escolar do tempo do Império tornou-se em 1890 o *Pedagogium* que capacitava professores. Também em 1890 foi reformada a Escola Normal de São Paulo sendo em 1913 rebatizada como Escola Normal Caetano de Campos instituição modelo da instrução pública centrado no método de “lições de coisas”. Os prédios construídos nessa época eram imponentes e modernos.

O ensino secundário de acordo com a lei de 1890, teve o colégio Pedro II transformado em *Gymnasio* Nacional. A frequência no ensino secundário não era obrigatória, podendo, o aluno, ingressar no ensino superior e obter o título de bacharel sem fazer o curso regular.

Com a Abolição dos escravos e a Proclamação da República a sociedade cria espaços para uma nova estrutura, impregnada de ideias capitalistas e urbano-industriais.

Segundo Kramer, (1992, p. 23), eram objetivos da época: [...] elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância.

No Brasil, o surgimento das creches foi um pouco diferente do restante do mundo. Enquanto, no mundo, a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas. As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física. Eram chamadas de Casa dos Expostos ou Roda.

A reforma de Carlos Maximiliano, em 1915, instituiu que, para ingressar no curso superior, era necessário além de fazer vestibular tinha que ter obrigatoriamente o curso secundário, também reduziu o curso integral do nível secundário para cinco anos.

A reforma de Rocha Vaz oficializa o ensino secundário se torna curso regular seriado em duas modalidades: seis anos obtinha o título de bacharel, cinco anos podia fazer o vestibular.

O ensino profissionalizante, desde o início da República, já existia, mas foi em 1940 que foi acentuado com as leis orgânicas de ensino técnico-profissional. Em 1909 foram criadas escolas de artífices e aprendizes para o ensino profissional gratuito, cada escola tinha cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico. Já no final dos anos 20 e início dos anos 30 o ensino profissionalizante foi ofertado em cursos públicos ou particulares e esteve presente na maioria das leis estaduais.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

Com a constituição de 1891 a União ficou responsável pelo ensino superior, no entanto era submetido às normas do governo central. Em 1892 o Ministro Fernando Lobo regulamentou a criação das escolas de ensino superior. A primeira a ser criada em 1909 foi a Universidade de Manaus que durou até 1926.

Em 1911 foi decretada a Reforma Rivadávia Corrêa, cujos objetivos eram oficializar e conter a invasão de candidatos sem habilitação no ensino superior. Esta reforma, de 1911, tinha a pretensão de que o curso secundário se tornasse formador do cidadão e não como simples promotor a um nível seguinte. Retomava a orientação positivista, pregando a liberdade de ensino, entendendo-se como a possibilidade de oferta de ensino que não seja por escolas oficiais, e de frequência. Além disso, pregava a abolição do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento e transfere os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades.

Os resultados desta Reforma foram desastrosos para a educação brasileira, permitindo que, em um período complexo da História do Brasil, surja a Reforma João Luiz Alves que introduz a cadeira de Moral e Cívica com a intenção de tentar combater os protestos estudantis contra o governo do presidente Artur Bernardes.

Logo a seguir, a reforma Carlos Maximiliano se oficializa o ensino, reforma o Colégio Pedro II e regulamenta, em 1915, o ensino superior.

Em 1919, foi criado o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade caberia ao Estado, mas foi mantido, na realidade, por doações.

Esse Departamento possuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação a proteção à infância no Brasil, fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre, publicar boletins, divulgar conhecimentos, promover congressos, concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança, uniformizar as estatísticas brasileiras sobre a mortalidade infantil.

Em 1925 ocorre à reforma Rocha Vaz a fim de equipar as faculdades existentes para que possa haver transferências entre as faculdades e a validade do diploma fosse nacional.

Em 1928 o ensino superior foi redefinido novamente para criar universidades nos estados, reafirmando a autonomia didática e econômica e reconhecimento dos diplomas pela União desde que preenchessem alguns requisitos solicitados a época.

A partir de 1891, as questões da educação eram decididas pelo Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior. O ensino superior era de responsabilidade do governo federal, os demais níveis de ensino as Secretarias de Estado do Interior de cada estado se responsabilizava.

No final do século de XIX a ideia de civilizar a sociedade era muito forte, médicos e higienistas espalhavam princípios moralistas a respeito, principalmente na década de 40 quando tomou novas proporções, também houve o discurso de formação de caráter da criança.

Neste período a temática étnico-racial continuou sendo debatida nas escolas como classe inferior no ensino de História ou como tema transversal. A “lição de coisas” começou a ser criticada nos países da Europa e Estados Unidos, dessa forma no Brasil, não foi diferente, entretanto com menos força.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

A década de vinte foi marcada por diversos fatos relevantes no processo de mudança das características políticas brasileiras. Foi nesta década que ocorreu o Movimento dos 18 do Forte (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922), a Rebelião Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927).

Ocorreram nas décadas de 1920 e 1930 várias reformas pedagógicas estaduais, no contexto da Revolução de 1930 e a subida de Getúlio Vargas ao poder.

A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no modelo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial.

A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como “Reforma Francisco Campos”.

Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época. Em 1934, a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Ainda em 1934, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo. A primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931.

Em 1935 o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, no atual município do Rio de Janeiro.

Refletindo tendências fascistas, é outorgada uma nova Constituição em 1937. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado.

Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado, propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. O contexto político do estabelecimento do Estado Novo faz com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente ricas no período anterior, entrem “numa espécie de hibernação”.

As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nessa nova Constituição de 1937, que marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas.

Em 1942 parte do Fundo Nacional do Ensino Primário era destinada ao supletivo e, em 1946, Paulo Freire um grande defensor dessa educação, desenvolveu sua experiência com a Educação de jovens e adultos e educação popular entre 1921 e 1997, e no ano de 1964 foi coordenador do Programa Nacional de alfabetização instituído pelo MEC.

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

A educação começou a ser vista como um caminho para o progresso da nação dessa forma através das reformas empreendidas nas décadas de 20 e 30, foi escrito em 1932 “O manifesto dos Pioneiros da educação nova”. Segundo alguns estudos da época esta escola era definida como a escola que interessa ao aluno, através de propostas de tarefas adequadas ao interesse natural e biológico da criança.

A nova Constituição, no período da República Nova (1946-1963), na área da Educação, determinou a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação.

Além disso, fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos. Baseado nas doutrinas emanadas pela Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariani, cria uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional.

Esta comissão, presidida pelo educador Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior.

Em novembro de 1948 este anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas.

Num primeiro momento as discussões estavam voltadas às interpretações contraditórias das propostas constitucionais. Num momento posterior, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspirados nos educadores da velha geração de 1930, e a participação das instituições privadas de ensino.

Em 1961, a LDB e a Lei orgânica de 1942 estabeleceram a educação de grau médio, compreendendo o ensino médio, o curso secundário e o curso técnico.

Depois de 13 anos de acirradas discussões foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, sem a pujança do anteprojeto original, prevalecendo as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros.

Em 1964, um golpe militar aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram “comunistas e subversivas”. O Regime Militar evidenciou na educação o aspecto antidemocrático de sua proposta ideológica de governo.

Os professores foram presos e demitidos, as universidades foram invadidas, estudantes foram presos e feridos nos confrontos com a polícia e alguns foram mortos. Os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar. O Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores.

Neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. Para acabar com os “excedentes” (alunos que alcançavam notas suficientes para aprovação, porém não obtinham vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório.

Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), aproveitando a didática do Paulo Freire. O MOBRAL se alvitrava a eliminação do analfabetismo no



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

Brasil, não obteve êxito. Acabou sendo extinto devido a denúncias de corrupção, criou-se a Fundação Educar no lugar dele.

Em 1971 surgiu uma nova organização escolar: o grupo escolar, as classes eram organizadas em séries, portanto cada série em uma sala com um professor para cada série. E em 1896, foi inaugurado o primeiro Jardim de Infância em São Paulo.

Esse foi período mais duro da ditadura militar, em que qualquer manifestação popular contrária aos interesses do governo era abolida, muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A característica mais marcante desta lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante.

A Constituição de 1988 foi um marco importante da história. Através dela foi concedida a nação obrigatoriedade escolar como direito subjetivo, aliado ao Estatuto da Criança e do adolescente (lei n. 8069, de 13 de julho de 1990), responsabiliza aos pais ou responsáveis a obrigação de matricular seus filhos; a Emenda Constitucional 14 (incisos I e II do art. 208, 1996), o estado passa a ter o dever de garantir o ensino fundamental gratuito, com progressão ao ensino médio gratuito e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n. 9394, de dezembro de 1996) legitima a ambas as partes acionar o Poder Judiciário e se comprovada a negligência da autoridade em oferecer ensino obrigatório pode ser definido como crime de responsabilidade. Todas essas conquistas são frutos de movimentos, embates e lutas por isso a importância do clamor por direitos.

Se as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi o fato marcante, por outro lado muitas iniciativas marcaram este período como, talvez, o mais fértil da História da Educação no Brasil: em 1950, em Salvador, no estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início a sua ideia de escola-classe e escola-parque; em 1952, em Fortaleza, estado do Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima inicia uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético; em 1953, a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura; em 1961, tem início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar, em 40 horas, adultos analfabetos.

No fim do Regime Militar a discussão sobre as questões educacionais já haviam perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político.

Para isso contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma.

Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais de outras áreas, distantes do conhecimento pedagógico, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome do saber.

Neste período, do fim do Regime Militar aos dias de hoje, a fase politicamente marcante na educação, foi o trabalho do economista e ministro da Educação Paulo Renato de Souza, que tornou o

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

Conselho Nacional de Educação menos burocrático e mais político. Jamais houve execução de tantos projetos na área da educação.

Até os dias de hoje muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é mais o de manter o “status quo”, para aqueles que frequentam os bancos escolares, e menos de oferecer conhecimentos básicos, para serem aproveitados pelos estudantes em suas vidas práticas.

Nos idos anos do Século XIX, enquanto os países mais desenvolvidos alargavam o sentido de cidadania, universalizando a educação básica, o Brasil conservava uma sociedade escravocrata.

Essa terrível hereditariedade tem provocado consequências de longo prazo que influencia na transformação do sistema educacional brasileiro, produzindo problemas intrínsecos à expansão do acesso à escola.

Nas décadas abrangidas entre 1930 e 1960, o País passou por transformações estruturais que afetaram diretamente a construção de um sistema nacional de educação pública. Na estratégia estrutural, o Brasil vivia uma transformação caracterizada pela aceleração da forma capitalista de produção, o que provocou mudanças superestruturais, principalmente na máquina escolar.

Nos anos de 1930 a 1964, competiram dois projetos de nação para o Brasil. O populista nacional, reportado a Getúlio Vargas, associou setores progressistas da sociedade brasileira, defendendo a industrialização do País à base do esforço nacional, não comprometendo a soberania da Nação. Por outro lado, ligadas ao setor agrário exportador, o projeto das oligarquias tradicionais, previa o desenvolvimento econômico subordinando à liderança dos Estados Unidos da América, representava setores da elite política expulsa do poder em 1930, especialmente os ligados à economia cafeeira paulista.

A educação passa a ser palco de manifestações ideológicas instigadas, por interesses opostos que disputavam espaço no cenário nacional. A Igreja Católica e setores conservadores pretendendo manter a hegemonia que mantinham historicamente na condução da política nacional de educação, por um lado, por outro, setores liberais, progressistas e até mesmo de esquerda, aderindo às aspirações da Escola Novista, alvitavam uma escola pública para todas as crianças e adolescentes dos sete aos 15 anos de idade. Essa disputa ideológica transcorreu décadas e reformas educacionais sem que o poder público brasileiro construísse um sistema nacional de escolas públicas para todos.

De fato, durante o período de 1930 a 1964, ocorreram várias reformas educacionais no Brasil sem que fosse resolvido o secular problema do analfabetismo e da garantia de pelo menos quatro anos de escolaridade para todas as crianças, fato que evidencia a forma como o Estado Nacional conduziu a política educacional da época.

Para se compreender esse aspecto das políticas públicas no Brasil, é necessário evocar a Revolução de 1930 ou golpe de estado, que passou a edificar o Estado burguês adotando medidas centralizadoras que garantissem a unidade nacional e a sua presença em setores estratégicos, como na supremacia sobre o próprio território.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

A partir de 1930 com o estudo da situação do bem-estar social e aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais assim como a centralização de poder.

Nesse momento, a criança passa a ser valorizada como um adulto em potencial, matriz do homem, não tendo vida social ativa. A partir dessa concepção, surgiram vários órgãos de amparo assistencial e jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança em 1940, Instituto Nacional de Assistência em 1942, Projeto Casulo e vários outros.

O estado de bem-estar social não atingiu a todos da população da mesma forma, trazendo desenvolvimento e qualidade somente para alguns.

A teoria foi muito trabalhada, mas pouco colocada em prática. Neste sentido, as políticas sociais reproduzem o sistema de desigualdades existentes na sociedade.

Resumindo esse período, constata-se um governo fortemente centralizado política e financeiramente, acentuada fragmentação institucional, exclusão da participação social e política nas decisões, privatizações e uso do clientelismo.

Foi nesse contexto que logo após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado por Francisco Campos, que implantou a Reforma de 1931, precedida por um pedido de Vargas aos educadores reunidos na IV Conferência da Associação Brasileira de Educação (ABE) para que fornecessem ao governo 'o sentido pedagógico da revolução'.

A Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, teve como diferencial a criação, pelo menos em lei, de um Sistema Nacional de Educação, além de ter criado o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo máximo para assessorar o Ministério da Educação.

O texto da Reforma determinou que o ensino secundário ficasse organizado em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, e o complementar, de dois anos. Dessa forma, o ensino secundário compreendia a escolarização imediatamente posterior aos quatro anos do ensino primário e tinha caráter altamente seletivo.

A seletividade do ensino secundário e a dicotomia entre ensino profissional e secundário ficaram mantidas, favorecendo os filhos da elite. O primeiro ciclo, de cinco anos, tornou-se obrigatório para ingresso no ensino superior; o segundo, de dois anos, em determinadas escolas. O ingresso ao superior devia guardar correspondência obrigatória com o ensino médio, o que também dificultava o acesso ao ensino superior.

A Reforma deixou marginalizados o ensino primário, o Curso Normal (formação de professores para atuar no primário) e os vários ramos do ensino profissional, salvo o comercial.

O aspecto inovador da Reforma Francisco Campos foi ter empreendido a reforma do ensino superior, prevista no Estatuto das Universidades Brasileiras (Brasil, 1931), que dispunha sobre a organização do ensino superior e adotava o 'regime universitário', o qual previa a criação de universidades, organizadas de forma que pudessem criar ciência e transmiti-la com objetivos definidos, tais como: Incentivo à pesquisa científica e à cultura; formação de professores para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores; formação de profissionais em todas as profissões

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

de base científica; popularização da ciência, literatura e artes, por todos os meios de extensão universitária.

Em 1932, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, o qual defendia uma educação gratuita, obrigatória, laica, pública, sem qualquer forma de discriminação, seja por cor, sexo ou tipo de estudo, adequada às características regionais, como dever do Estado, a ser implantada em todo o país, acabando com o caráter discriminatório do ensino. Isso provocou, em 1934, o surgimento do primeiro capítulo constitucional dedicado à educação.

Essa Reforma incorporou uma reivindicação, a criação de universidades, previstas como etapa da escolaridade que acolhesse 'os melhores', isto é, aqueles dentre os que tivessem cursado a escola dos sete aos 15 anos e que demonstrassem talento para o curso universitário.

Antes das mudanças que viriam a ocorrer em 1937, foi promulgada a Constituição Brasileira de 1934. Nela, o direito à educação, com o corolário da gratuidade e da obrigatoriedade, tomou forma legal, além de ter declarado gratuito o ensino primário de quatro anos.

A Carta de 1934 consagrou o princípio do direito à educação, que deveria ser ministrada 'pela família' e 'pelos poderes públicos' e o princípio da obrigatoriedade, incluindo entre as normas que deviam ser obedecidas na elaboração do Plano Nacional de Educação, o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos, e a tendência à gratuidade do ensino ulterior ao primário.

Além disso, essa Constituição representou uma conciliação de interesses no contexto dos conflitos político-ideológicos da época. No que diz respeito ao debate educacional e à elaboração da Constituição, esses conflitos ficaram explícitos entre os renovadores (liberais partidários dos princípios da Escola Nova) e os defensores da educação privada, no caso, representada pela Igreja Católica.

Com o golpe de Estado que instituiu a ditadura de Vargas (1937-1945), uma nova Constituição, a de 1937, foi adotada no Brasil, a qual, no aspecto da educação, transformou em ação supletiva o que antes era dever do Estado.

Durante a ditadura de oito anos, o governo editou uma das reformas mais duradouras do Sistema Educacional Brasileiro, as chamadas Leis Orgânicas do Ensino, mais conhecidas como Reforma Capanema (1942-1946).

A Reforma Capanema incorporou também algumas reivindicações contidas no Manifesto de 1932, a saber: gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; planejamento educacional (Estados, territórios e Distrito Federal deveriam organizar seus sistemas de ensino); recursos para o ensino primário (Fundo Nacional do Ensino Primário) estipulando a contribuição dos Estados, Distrito Federal e dos municípios; referências à carreira, remuneração, formação e normas para preenchimento de cargos do magistério e na administração.

Esse conjunto das Leis Orgânicas do Ensino, editadas de 1942 a 1946, estabeleceram o ensino técnico-profissional (industrial, comercial, agrícola); mantiveram o caráter elitista do ensino secundário e incorporaram um sistema paralelo oficial (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Durante o período do 'Estado Novo', termo intitulado por Vargas para a ditadura dele, foram criadas várias entidades e órgãos tanto na esfera da sociedade civil, quanto no âmbito da sociedade

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

política em função de lutas específicas vinculadas às universidades, à área da educação, ou mesmo ao movimento estudantil. Foi o caso da União Nacional de Estudantes (UNE), fundada em 1937, que combateu a ditadura.

Ao longo dos seus mais de setenta anos de história, a UNE marcou presença na vida política, social e cultural do Brasil, como: a) contra a Ditadura de Vargas (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985); b) no movimento das 'Diretas Já', no início dos anos 1980; c) na campanha do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Durante a década de 90, "[...] foi um dos principais focos de resistência às privatizações e ao neoliberalismo que marcou a Era FHC" (UNE, 2012), ou seja, o período de 1995-2002.

Na década de 60 e meados de 70 do século XX, tem-se um período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência, etc. Na educação, o nível básico é obrigatório e gratuito, o que consta a Constituição. Há a extensão obrigatória para oito anos desse nível, em 1971.

Neste mesmo ano, a Lei 5.692/71 traz o princípio de municipalização do ensino fundamental. Contudo, na prática, muitos municípios carentes começam esse processo sem a ajuda do Estado e da União.

Em dezembro de 1967 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que tinha como objetivo a erradicação do analfabetismo brasileiro em cinco anos. O alto índice de analfabetos era motivo de vergonha para os militares.

A reforma universitária de 28 de novembro de 1968 intensificou a universidade elitista, instituindo o vestibular classificatório e excluindo os excedentes, multiplicando vagas apenas em escolas superiores particulares.

Em 1970, ocorre uma crescente evasão escolar e repetência das crianças das classes pobres no primeiro grau. Por causa disso, foi instituída a educação pré-escolar (chamada educação compensatória) para crianças de quatro a seis anos para suprir as carências culturais existentes na educação familiar da classe baixa.

As carências culturais existem porque as famílias pobres não conseguem oferecer condições para um bom desenvolvimento escolar, o que faz com que seus filhos repitam o ano. Faltam-lhes requisitos básicos que não foram transmitidos por seu meio social e que seriam necessários para garantir seu sucesso escolar. E a pré-escola irá suprir essas carências.

Contudo, essas pré-escolas não possuíam um caráter formal, pois não havia contratação de professores qualificados e remuneração digna para a construção de um trabalho pedagógico sério.

A mão-de-obra, que constituía as pré-escolas, era, muitas das vezes, exercida por voluntários, que rapidamente desistiam desse trabalho.

Pode-se perceber que, a educação não era tratada por um órgão somente, era fragmentada. A educação se queixava da falta de alimentação e das condições difíceis das crianças.

Nesse quadro, a maioria das creches públicas prestava um atendimento de caráter assistencialista, que consiste na oferta de alimentação, higiene e segurança física, sendo, muitas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

vezes, prestado de forma precária e de baixa qualidade, enquanto as creches particulares desenvolviam atividades educativas, voltadas para aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Constata-se a existência de um maior número de creches particulares, devido à privatização e à transferência de recursos públicos para setores privados.

As carências culturais existem porque as famílias pobres não conseguem oferecer condições para um bom desenvolvimento escolar, o que faz com que seus filhos repitam o ano. Faltam-lhes requisitos básicos que não foram transmitidos por seu meio social e que seriam necessários para garantir seu sucesso escolar. E a pré-escola irá suprir essas carências.

Nos anos de 1980, os problemas referentes à educação pré-escolar são: ausência de uma política global e integrada, a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde, predominância do enfoque preparatório para o primeiro grau, insuficiência de docente qualificado, escassez de programas inovadores e falta da participação familiar e da sociedade.

Conforme a Constituição de 1988, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de ser dever do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino, tanto para creches como para escolas.

A partir daí, tanto a creche quanto à pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado e direito da criança.

Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Ela desmascara a educação compensatória, que delega à escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria.

Porém, essa descentralização e municipalização do ensino trazem outras dificuldades, como a dependência financeira dos municípios ao Estado para resolver a educação infantil e primária. O Estado nem sempre repassa o dinheiro necessário, deixando o ensino de baixa qualidade, favorecendo as privatizações.

Com a Constituição de 1988, tem-se a construção de um regime de cooperação entre Estados e municípios nos serviços de saúde e educação de primeiro grau. Há a reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os níveis, além de reafirmar serem a creche e a pré-escola um direito da criança de zero a seis anos, a ser garantido como parte do sistema de ensino básico.

Neste período, o país passa por um período muito difícil, pois se aumentam as demandas sociais e diminuem-se os gastos públicos e privados com o social. O objetivo dessa redução é o encaminhamento de dinheiro público para programas e público-alvo específicos.

Na década de 1980, começou o lento processo de democratização. O regime militar se enfraquecia, enquanto os civis, a classe política e a estudantil apresentavam-se com mais coragem.

A LDB (Lei nº 5.692/71) foi um fracasso, e a Lei nº 7.044/82 retomou a ênfase do ensino de segundo grau na formação geral, dispensando a obrigatoriedade da profissionalização.

O Parecer nº 342/82 do Conselho Federal de Educação marcou o retorno da disciplina de Filosofia, de forma optativa.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

Com o fracasso do Plano Cruzado, em 1986, o congelamento das mensalidades das escolas particulares e, mais tarde, a supervalorização dos preços, o ensino tornou-se mais elitizado, tornando cada vez mais restrita a escola de qualidade.

Na década de 90 do século XX, o Estado brasileiro vê na privatização das empresas estatais o caminho para resolver seu problema de déficit público, não tentando resolver com um projeto mais abrangente de ampliação industrial.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990) lei 8.069/90, os municípios são responsáveis pela infância e adolescência, criando as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Com essa situação, na educação, tem-se aumentado a instituição de programas de tipo compensatório, dirigido às classes carentes. Esse programa requer implementação do sistema de parceria com outras instituições, já que o Estado está se retirando de suas funções.

O atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta, ao longo da história, concepção bastante divergente sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceu com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda.

O uso de creches e programas de pré-escolas como estratégia para combater a pobreza e resolver os problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para existência de atendimento de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais, precariedade de instalações, formações insuficientes de profissionais e altas proporções de crianças por adultos.

Durante seu percurso histórico, a Educação Infantil estava voltada para as classes desfavorecidas, principalmente na instituição mantida e financiada pelo poder público. Isso significou uma atuação educativa compensatória, para sanar as carências das famílias desprovidas de recursos econômicos.

A concepção de educação compensatória advém de um entendimento acerca dos fracassos escolares como responsabilidade dos alunos, individualidade ou da cultura, geralmente inferior aos padrões culturais exigidos pela escola. Por isso, a educação compensatória é entendida como fórmula para a expansão cultural das crianças originadas de família pobres. A pobreza econômica corresponde à pobreza cultural, sinônimos e de deficiência.

Em sua análise, Kramer (1992) aposta no surgimento e na expansão da Educação Infantil no bojo de uma abordagem da teoria da privação cultural. Inicialmente, de forma esparsa e isolada, entre os séculos XIX e XX e, posteriormente, de forma massiva, impulsionada pela combinação dos fatores de depressão econômica dos anos 30 e do pós-guerra, gerando muito fortalecimento aos programas de educação compensatória.

A História da pré-escola ocorre dentro do princípio preliminar que era aparelhar a criança para a primeira série e para a vida escolar. Isso, objetivando a reversão do fracasso do ensino de 1º grau o



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

qual apontava índices altíssimos de reprovação e repetência. A condição assistencial de atendimento à criança pequena foi, a princípio, deveu-se à urgência e desestruturação provocada pela guerra.

Para Kuhlmann (1996), o ano de 1899 marca o surgimento de creches, que ocuparam o cenário da assistência à Infância Brasileira, enquanto os Jardins de Infância eram cogitados educativos, tornando-se a principal modalidade de atendimento aos pobres.

Até meados de 1920, o atendimento à infância estava sob a iniciativa particular, isto é, o Estado apoiava, mas não propunha as ações políticas. Foi no 1º Congresso de Proteção à infância, de 1922, que se apelou para a iniciativa das autoridades governamentais.

Em 19 de novembro de 1930, foi baixado o Decreto nº 10.402, criando o Ministério da Educação e de Saúde Pública, no qual reinavam vários setores desmembrados do então Ministério da Justiça dos Negócios Interiores.

Até os anos 60, os programas de atendimento à infância são marcados pelo assistencialismo; os anos 70 trazem a marca da assistência social, ou seja, atendimento em creches para crianças menores, enquanto as políticas educacionais começam a ocupar-se da pré-escola.

O caráter desses programas é educacional e começa a ocupar-se da pré-escola. O caráter desse programa é a educação compensatória e a assistência à educação de crianças de zero a seis anos. Já na década de 80, é influenciada por fortes pressões populares, trazendo à tona a força dos setores da sociedade civil organizada por seus direitos sociais.

Cabe abordar a questão estabelecida entre educar e assistir/cuidar - a educação e assistência devem estar voltadas para uma educação emancipatória; portanto, é preciso incluir os aspectos legais que atualmente orientam as políticas para Educação Infantil, compreendendo os avanços assimilados dessa elaboração. Mas, aspectos conservadores são de extrema relevância.

A grande marca do século XX, em termos de políticas de atendimento à faixa infantil, no Brasil, foi o conjunto desses fatores que desencadeou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988.

A partir de então, a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser, sob mesmo ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, (1990) destaca, também, o direito da criança a esse atendimento a educação infantil.

No que se refere às contribuições dos municípios, é definida como prioritária, ao lado da educação elementar. Em seu artigo 211, parágrafo 2º, a Seção sobre educação determina que os Municípios atuem prioritariamente no Ensino Fundamental e pré-escolar.

A prioridade é reforçada quando diz respeito aos percentuais mínimos da receita de impostos que devem ser destinados ao ensino pela União – 18% - e pelos Estados e Municípios – 25% (art. 212).

O artigo 209, incisos I e II da Constituição Federal de 1988, submete a iniciativa privada ao cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação da qualidade pelo Poder Público. Assim, todas as instituições educacionais que atendem crianças de 0 a 6 anos devem ser objeto de supervisão e fiscalização oficiais.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

É de competência comum à União, aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal proporcionar os meios de acesso à cultura, educação e ciência (art.23, inciso V) e destes, inclusive, os municípios devem legislar sobre educação e proteção à infância (art. 24 incisos IX e XV).

Dentre os direitos também está incluída a licença-gestante para 120 dias, a licença-paternidade e a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 6 anos de idade em creches e escolas" (art. 7º, incisos XVIII, XIX e XXV).

Um aspecto importante da inclusão do atendimento à infância, na área de Seguridade Social, é que ela garante um suporte nos recursos que poderão ser somados às verbas da área de educação para a implantação de políticas voltadas para a criança.

No parágrafo 4º, do art. 212, da Constituição Federal de 1988, sobre os programas assistenciais inseridos no sistema educacional, tais como os programas de alimentação e assistência à saúde, podem ser estendidos às creches e pré-escolas.

O parágrafo define que tais programas serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e recursos orçamentários.

Grande parte dos programas existentes da creche e da pré-escola funciona através de repasses de verbas para entidades privadas. Portanto, a possibilidade de repasse de verbas tem representado uma evasão considerável dos recursos públicos disponíveis para a educação, desvalorizando a rede pública.

O art.227, da Constituição Federal de 1988, define, mais abrangentemente, os direitos da infância brasileira, afirma que é dever da família, da sociedade e do estado. Eles devem assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, permitindo-lhes viverem com dignidade, respeito, liberdade a vivência em comunidade.

A promulgação da nova Carta prevê a necessidade de elaborar legislação complementar, formular políticas sociais, estabelecer prioridades orçamentárias e expandir o atendimento em creches e pré-escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece, de forma incisiva, o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e à educação. Aparecem, ao longo do texto, diversas referências específicas à Educação Infantil.

Aos sistemas municipais de ensino compete o cuidado necessário para a institucionalização da educação infantil em seus respectivos territórios, para que as creches e escolas se enquadrem, no prazo máximo de três anos (art. 89), nas normas da LDB, 9.394/96, isto é, componham o 1º nível da educação básica (exigência do inciso I, art. 21), providenciando sua autorização e exigindo de seus professores a habilitação legal em curso normal ou de nível superior (art. 62).

Segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (1998), a educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), tendo como base o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade. Conforme o título III, do direito à Educação e do Dever de Educar, art. 4º[...], atendimento gratuito, em creches, para crianças de zero



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

a três anos como as pré-escolas para as de quatro a seis anos, são consideradas como instituições de Educação Infantil. A distinção entre ambas é feita apenas pelo critério de faixa etária

Sabe-se que, agora, o documento no singular-referencial, apresenta-se como uma das perspectivas possíveis de se pensar a educação infantil. Mas o Referencial Curricular Nacional trouxe um grande impacto.

A ampla distribuição de centenas de milhares de exemplares às pessoas que trabalham com esse nível educacional mostra o poder econômico do Ministério da Educação e seus interesses políticos, muito mais voltados para os futuros resultados eleitorais, do que preocupados com a realidade das instituições.

Significa a concretização de uma proposta que se torna predominante, como se fosse única, desconsiderando a realidade sociocultural onde a educação se realiza concretamente.

Essas reflexões mostram que a instituição pode ser educacional e adotar práticas e cuidados que ocorrem no interior da família, sem precisar escorar-se em uma divisão disciplinar que compartimenta a criança.

A instituição pode ser escolar e compreender que, para a criança pequena, a vida é algo que se experimenta por inteiro, sem divisões hierarquizadas. Que, para ela, a ampliação de seu universo cultural, o conhecimento do mundo, ocorre na constituição de sua identidade e autonomia, no interior de seu desenvolvimento pessoal, diferente da segmentação que a proposta curricular nacional propõe.

É necessário fazê-lo, na prática, envolvendo o afeto, o prazer e o desprazer, a fantasia, o brincar e o movimento, a poesia, as ciências, as artes visuais e dramáticas, a linguagem oral e escrita, a música e a matemática. Para ela, todas as formas de linguagem devem ser respeitadas e desenvolvidas, de acordo com suas necessidades cognitivas, sociais e culturais.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, art. 29 da LDB 9.394/96.

As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem ser criadas, coordenadas, supervisionadas e avaliadas por educadores, que tenham, pelo menos, o Diploma de Curso de Formação de Professores, mesmo que da equipe dos profissionais participem outros das Ciências Humanas, Sociais e Exatas, assim como familiares das crianças.

Da direção das Instituições de Educação Infantil deve participar, necessariamente, um educador com, no mínimo, o Curso de Formação de Professores. Segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (2001), a implementação de uma proposta curricular de qualidade depende, principalmente, dos professores que trabalham nas instituições.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento cujo caráter normativo define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais em que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Tal documento é aplicado, exclusivamente, à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e orientado

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, em consonância com os fundamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

A BNCC busca superar a fragmentação das políticas educacionais, oportunizando o fortalecimento a colaboração entre as três esferas de governo, balizando a qualidade da educação, objetivando a garantia de acesso e permanência à escola.

A BNCC, enquanto instrumento voltado à evolução da educação básica, perpetua o trabalho em função do desenvolvimento do estudante baseado em dez competências, definidas como mobilizadores de conhecimentos, de habilidades, atitudes e valores favoráveis a soluções das complexas demandas do cotidiano, da cidadania e de outras formas de interação do aluno.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luís Alberto Marques. **História da Educação** uma introdução. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ed. Moderna, 1989. p. 49

ARANHA, Maria Lúcia. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004

BLOCH, Marc, **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985

BRASIL. **As desigualdades na escolarização no Brasil**: Relatório de observação nº 4. Estatuto da Criança e do adolescente. Lei nº 8069, de Julho de 1990.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado. Federal, Brasília/DF: Constituição, 1988.

BRASIL. **Ética e cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade / Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 84 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e base da Educação**. Lei nº 9424, de Dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, 2011.

BRASIL. **O que é Educação**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução: Álvaro Lorencini, São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAMBI, Franco. **O século XV e a Renovação Educativa**: História da Educação. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo, Editora UNESP, 1999.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
Daniel Mendonça da Paixão

CARVALHO, Carlos Leôncio. **Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879**. Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império Decreto n. 981 - de 8 de novembro de 1890, título V - *do ensino secundário*, art. 25 e art. 26.

COSTA FILHO, Cícero João da. **A Padaria Espiritual**: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892 - 1898). São Paulo: [s. n.], 2007.

DIAS, Rui dos Anjos. **Filosofia**. Coimbra: Livraria Almeida Editora, 1972.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. "Redefinição política ou despolitização: as concepções de terceiro se torno Brasil". **Revista Katálisis**, n. 5, 2001.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. **Entre o Assistencialismo e a emancipação**: uma análise da relação entre estado e sociedade civil, a partir das experiências do Programa Bolsa Família no entorno do Distrito Federal. Brasília: [s. n.], 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra LTDA, 1967. p. 107.

FREIRE, Paulo. **Pedagoga da Autonomia**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

GILES, T. Ransom. **História da Educação**. São Paulo: E.P.U. 1987

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia Crítica**: alternativas de mudanças. 19. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem. 1989

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar**. Brasília: INPE, 1998. Disponível em http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupid=10157&articleId=19141&version=1.0
Acesso em: 04 nov. 2013.

KLEIN, Ralph W. **Israel no Exílio**: uma interpretação teológica. São Paulo: Paulinas, 1990.

LDBEN. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Art. 36**. Brasília: LDBEN, 1996.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 9 ed. São Paulo: Loyola, 1990

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1984.

LIENHARD, Marc. A Reforma: A rebeldia de Lutero: por Deus, contra a Igreja. **Coleção História Viva**, São Paulo, n. 22, p. 66-72, ago. 2005.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1981.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

UM REVIEW HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO PERÍODO JESUÍTICO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO
 Daniel Mendonça da Paixão

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 14 ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1983

MANACORDA, Mario A. **História da Educação**: Da antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez. 2006.

MONDIN, Baptista. **Curso de Filosofia**: Os Filósofos do Ocidente. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1981. Vol. 2.

MONTESSORI, Maria et al. **Pedagogias do século XX**. Porto Alegre: Artimed, 2003.

MOUSNIER, Roland. Os progressos da civilização europeia. *In: IGC*. São Paulo: Difel, 1960.

NEVES, Pedro A.; MAIA, Cristina; BAPTISTA, Dalila. **Clube de História**. Porto: Porto Editora, 2001.

OLSON, Roger E. **História da teologia cristã**: 2000 anos de tradição e reformas. Tradução: Gordon Chown. São Paulo: Vida, 2001.

OZMON, Howard A. and CRAVER, Samuel M. **Philosophical Foundation of Education**. 2nd ed., USA: Bell end Howel Company, 1981.

PILETTI, Claudino. **Didática geral**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia Pedagógica – edição comentada**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WALLON, Henri. **As Origens do Caráter na Criança**. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

WALLON, Henri. **As Origens do Pensamento na Criança**. São Paulo: Manole, 1989.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Criança**. Lisboa: Vega, 1979.